

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados
Erechim/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	1.355.986	1.156.506	CIRCULANTE	800.690	627.796
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	19.839	16.951	DEPÓSITOS (NOTA 12)	383.690	244.677
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	25.088	-	Depósitos à Vista	228.057	168.504
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.088	-	Depósitos Interfinanceiros	60.675	-
			Depósitos a Prazo	94.958	76.173
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	332.554	97.055	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	327.289	316.639
Carteira Própria	332.554	97.055	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	7
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	141.704	356.216	Repasse Interfinanceiro	327.289	316.632
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	3.327	2.451
Treasure Nacional-Recursos Crédito Rural	128	159	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.327	2.451
Correspondentes no país	308	121	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	22	-
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	141.068	355.935	Empréstimos País - Outras instituições	22	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	778.415	641.872	OUTRAS OBRIGAÇÕES	86.362	64.029
Operações de Crédito	803.293	664.886	Cobrança e Antecipação de Tributos	50.511	488
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(24.878)	(22.994)	Sociais e Estatutárias	12.328	10.871
OUTROS CRÉDITOS	56.639	42.508	Fiscais e Previdenciárias	4.857	3.751
Créditos por Avais e Fianças Honorários	948	385	Diversas (NOTA 15)	68.667	48.919
Receitas a Receber	3.563	3.260			
Créditos Específicos	130	123			
Diversas (NOTA 07)	53.666	39.776			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.658)	(1.636)			
OUTROS VALORES E BENS	1.747	1.904			
Outros Valores e Bens	1.728	1.723			
(Provisão para desvalorização)	(181)	(25)			
Despesas Antecipadas (NOTA 09)	200	178			
NÃO CIRCULANTE	719.182	452.343	NÃO CIRCULANTE	1.005.508	752.719
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	719.182	452.343	EMIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.005.508	752.719
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 04)	30.077	68.450	DEPÓSITOS (NOTA 12)	895.578	745.229
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.077	68.450	Depósitos Interfinanceiros	50.125	9.957
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	605.563	324.549	Depósitos a Prazo	845.453	735.272
Operações de Crédito	629.680	344.532	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	73.689	7.490
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(24.117)	(19.983)	Repasse Interfinanceiro	73.689	7.490
OUTROS CRÉDITOS	8	7	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	36.241	-
Diversos (NOTA 07)	8	7	Empréstimos País - Outras instituições	36.241	-
OUTROS VALORES E BENS	73	178			
Despesas Antecipadas (NOTA 09)	73	178			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	29.497	26.358	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	268.970	228.334
Outros Investimentos	29.497	26.358	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	92.868	89.111
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	45.376	23.186	De Domiciliados no País	93.999	89.388
Imóveis de Uso	13.557	9.057	(Capital a Realizar)	(1.131)	(277)
Outras Imobilizações de Uso	47.400	26.252	RESERVAS DE SOBRRAS	155.197	119.548
(Depreciação acumulada)	(15.181)	(12.123)	SOBRRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.905	19.675
INTANGÍVEL (NOTA 11)	8.588	9.615			
Outros Ativos Intangíveis	19.883	18.716			
(Amortização acumulada)	(11.295)	(9.101)			
TOTAL DO ATIVO	2.075.168	1.608.849	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.075.168	1.608.849

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	109.862	-	109.862	205.303	2	205.305	163.521	-	163.521
Operações de Crédito	105.057	-	105.057	195.595	2	195.597	156.644	-	156.644
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.796	-	4.796	9.688	-	9.688	6.847	-	6.847
Resultado das Aplicações Compulsórias	9	-	9	20	-	20	30	-	30
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(44.250)	(290)	(44.540)	(86.594)	(447)	(87.041)	(73.078)	(149)	(73.227)
Operações de Captação no Mercado	(24.262)	(287)	(24.549)	(49.301)	(444)	(49.745)	(41.929)	(149)	(42.078)
Operações de Empréstimos e Repasses	(9.254)	(3)	(9.257)	(17.127)	(3)	(17.130)	(15.943)	-	(15.943)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.734)	-	(10.734)	(20.166)	-	(20.166)	(15.206)	-	(15.206)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	65.612	(290)	65.322	118.709	(445)	118.264	90.443	(149)	90.294
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(40.531)	8.451	(32.080)	(67.567)	15.795	(51.772)	(40.705)	12.898	(27.807)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.874	16.726	25.600	17.770	32.741	50.511	15.728	26.331	42.059
Rendas de Tarifas Bancárias	4.862	-	4.862	9.091	-	9.091	8.892	-	8.892
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(26.530)	(3.432)	(29.962)	(48.774)	(7.164)	(55.938)	(41.134)	(5.065)	(46.199)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(20.707)	(3.266)	(23.973)	(40.498)	(6.469)	(46.967)	(32.876)	(5.376)	(38.252)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(119)	(792)	(911)	(202)	(1.550)	(1.752)	(135)	(1.243)	(1.378)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	13.499	1.100	14.599	29.890	1.322	31.212	37.295	325	37.620
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(20.410)	(1.885)	(22.295)	(34.844)	(3.085)	(37.929)	(28.475)	(2.074)	(30.549)
RESULTADO OPERACIONAL	25.081	8.161	33.242	51.142	15.350	66.492	49.738	12.749	62.487
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.290	20	2.310	2.160	89	2.249	114	138	252
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	27.371	8.181	35.552	53.302	15.439	68.741	49.852	12.887	62.739
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(999)	(999)	-	(3.998)	(3.998)	-	(3.068)	(3.068)
Provisão para Imposto de Renda	-	(590)	(590)	-	(2.450)	(2.450)	-	(1.785)	(1.785)
Provisão para Contribuição Social	-	(409)	(409)	-	(1.548)	(1.548)	-	(1.283)	(1.283)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.706)	-	(3.706)	(6.865)	-	(6.865)	(6.226)	-	(6.226)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	23.665	7.182	30.847	46.437	11.441	57.878	43.626	9.819	53.445
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	11.441	(11.441)	-	9.819	(9.819)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	23.665	7.182	30.847	57.878	-	57.878	53.445	-	53.445
REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO	-	-	-	1.405	-	1.405	1.109	-	1.109
DESTINAÇÕES	-	-	-	(38.378)	-	(38.378)	(34.879)	-	(34.879)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.340)	-	(5.340)	(5.449)	-	(5.449)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.489)	-	(2.489)	(2.342)	-	(2.342)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(24.887)	-	(24.887)	(23.422)	-	(23.422)
Reserva de Expansão	-	-	-	(1.493)	-	(1.493)	(1.405)	-	(1.405)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(4.169)	-	(4.169)	(2.261)	-	(2.261)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	20.905	-	20.905	19.675	-	19.675

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados

CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	87.256	85.747	-	-	18.016	191.019
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	(9.002)	(9.002)
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(8.931)	-
Destinações para reservas	-	6.713	1.109	1.109	(8.931)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(83)	(83)
Capital de associados	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.619	-	-	-	-	1.619
Baixas de capital	(5.129)	-	-	-	-	(5.129)
Reversões de reservas	-	-	(1.109)	(1.109)	1.109	(1.109)
Resultado do período	-	-	-	-	53.445	53.445
Destinações	-	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(2.342)	(2.342)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.422	-	-	(23.422)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.405	-	(1.405)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.365	-	-	-	(5.449)	(84)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.261	-	-	(2.261)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	89.111	118.143	1.405	-	19.675	228.334
Mutações do Período	1.855	32.396	1.405	-	1.659	37.315
Saldos no início do período em 01/01/2019	89.111	118.143	1.405	-	19.675	228.334
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(10.079)	(10.079)
Destinações para reservas	-	6.505	-	-	(6.505)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(3.091)	(3.091)
Capital de associados	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.558	-	-	-	-	3.558
Baixas de capital	(5.053)	-	-	-	-	(5.053)
Reversões de reservas	-	-	(1.405)	-	1.405	-
Reversões de reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	57.878	57.878
Destinações	-	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(2.489)	(2.489)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.887	-	-	(24.887)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.493	-	(1.493)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.252	-	-	-	(5.340)	(88)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.169	-	-	(4.169)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	92.868	153.704	1.493	-	20.905	268.970
Mutações do Período	3.757	35.561	88	-	1.230	40.636
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	87.923	124.648	1.405	-	27.031	241.007
Capital de associados	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.186	-	-	-	-	2.186
Baixas de capital	(2.493)	-	-	-	-	(2.493)
Reversões de reservas	-	-	(1.405)	-	1.405	-
Reversões de reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	30.847	30.847
Destinações	-	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(2.489)	(2.489)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.887	1.493	-	(26.380)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.252	-	-	-	(5.340)	(88)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.169	-	-	(4.169)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	92.868	153.704	1.493	-	20.905	268.970
Mutações do Período	4.945	29.056	88	-	(6.126)	27.963

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul,
Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados**
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	32.789	67.701	58.412
Resultado do semestre/exercício	30.847	57.878	53.445
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.942	9.823	4.967
Provisão para operações de crédito	836	6.018	2.531
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	102	156	7
Provisão para desvalorização de outros créditos	713	632	267
Depreciação do imobilizado de uso	1.801	3.359	2.744
Amortização do intangível	1.147	2.194	1.933
Baixas do ativo permanente	70	211	166
(Reversão) para passivos contingentes	(145)	(362)	(365)
Destinações ao FATES	(2.489)	(2.489)	(2.342)
Dividendos SicrediPar	(93)	104	26
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(217.368)	(234.861)	(89.523)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.233)	13.285	(63.254)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(232.489)	(235.499)	(4.526)
Redução em relações interfinanceiras ativas	7.953	1	-
(Aumento) em créditos vinculados	(57)	(169)	(141)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(88)	(187)	25
(Aumento) em operações de crédito	(287.596)	(423.576)	(233.904)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	99.837	76.849	38.543
(Aumento) em outros créditos	(13.448)	(14.866)	(12.830)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	2.602	106	(904)
Aumento em depósitos	152.968	289.360	180.726
Aumento em relações interdependências passivas	2.190	876	333
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	36.263	36.263	(7.676)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.049)	(2.310)	(1.744)
Aumento em outras obrigações	19.779	25.006	15.829
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(184.579)	(167.160)	(31.111)
Aquisição de Investimentos	(3.139)	(3.139)	(2.821)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(12.754)	(25.760)	(6.695)
Aplicações no Intangível	(409)	(1.167)	(4.000)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(16.302)	(30.066)	(13.516)
Integralização de capital	2.186	3.558	1.619
Reserva de Expansão	-	-	(1.109)
Baixa de capital	(2.493)	(5.053)	(5.129)
Juros ao capital próprio	(88)	(88)	(84)
Distribuição de Sobras	-	(13.170)	(9.085)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(395)	(14.753)	(13.788)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(201.276)	(211.979)	(58.415)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	362.183	372.886	431.301
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	160.907	160.907	372.886

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniados ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 14/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	19.839	16.951
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	141.068	355.935
Total	160.907	372.886

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.088	-
DI entre Banco e Cooperativas	25.088	-
Total circulante	25.088	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.077	68.450
DI entre Banco e Cooperativas	30.077	61.402
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	7.048
Total não circulante	30.077	68.450

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa	332.554	97.055
Total circulante	332.554	97.055

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	400.171	480.257	880.428	596.813
Financiamentos	78.134	102.328	180.462	114.683
Financiamentos rurais e agroindustriais	324.988	47.095	372.083	297.902
Carteira total	803.293	629.680	1.432.973	1.009.398

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	948	-	948	385
Títulos e créditos a receber (i)	47.499	8	47.507	30.458
Total	48.447	8	48.455	30.843

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	170	340	-	-
Nível A	0,50	479.980	297.866	2.400	1.489
Nível B	1,00	638.668	444.594	6.387	4.446
Nível C	3,00	267.094	209.582	8.013	6.287
Nível D	10,00	48.317	41.311	4.832	4.131
Nível E	30,00	18.092	20.263	5.428	6.079
Nível F	50,00	8.027	7.392	4.014	3.696
Nível G	70,00	6.215	4.589	4.351	3.212
Nível H	100,00	14.865	14.304	14.865	14.304
Total (i)		1.481.428	1.040.241	50.290	43.644

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 373 (2018 - R\$ 369).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.619	85.413	123.357	209.714	425.103	300.794
Rural	820	57.883	266.285	47.095	372.083	297.902
Industrial	144	13.486	20.063	60.644	94.337	63.593
Comércio	2.314	46.515	81.673	135.390	265.892	179.409
Outros Serviços	1.107	51.434	94.627	176.846	324.014	198.543
Total	11.004	254.731	586.005	629.689	1.481.429	1.040.241

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	111.937	7,56	71.784	6,90
50 devedores seguintes	215.428	14,54	159.292	15,31
100 devedores seguintes	168.211	11,35	123.807	11,90
Demais	985.852	66,55	685.358	65,88
Total	1.481.428	100	1.040.241	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	44.013	41.215
Constituição de provisão	20.166	15.206
Movimentação de baixados para prejuízo	(13.516)	(12.408)
Saldo final	50.663	44.013

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.303 (2018 - R\$ 3.632), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 42.553 (2018 - R\$ 34.027).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	101	85
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.045	5.157
Devedores por depósitos em garantia	2.375	2.149
Impostos e contribuições a compensar	62	356
Títulos e créditos a receber (ii)	47.499	30.451
Cotas de consórcio	334	237
Devedores por convênios	23	11
Operações com cartões	622	772
Pendências a regularizar	5	106
Outros	600	452
Total Circulante	53.666	39.776
Títulos e créditos a receber	8	7
Total não circulante	8	7

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	1.728	1.751
Imóveis	1.623	1.693
Veículos e afins	105	58
Despesas antecipadas	200	178
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(181)	(25)
Total Circulante	1.747	1.904
Despesas antecipadas	73	178
Total não circulante	73	178

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 181 (2018 - R\$ 25) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	15.058	14.242
Sicredi Participações S.A.	14.438	12.115
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	29.497	26.358

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	5.442.633 ON	3.929.366 ON	1	1	15.057.906	14.241.629
	11.319.204 PN	8.185.968 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,59%	1,38%	0,62%	0,62%	3,86%	3,71%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	14.438	12.115	1	1	15.058	14.242

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	60.557	(15.181)	45.376	23.186
Imobilizações em curso	-	13.822	-	13.822	2.210
Terrenos	-	8.542	-	8.542	4.442
Edificações	4%	4.615	(1.621)	2.994	3.178
Instalações	10%	8.894	(3.621)	5.273	4.074
Móveis e equipamentos de uso	10%	11.728	(3.461)	8.267	4.679
Sistema de comunicação	10%	557	(211)	346	260
Sistema de processamento de dados	20%	8.580	(4.682)	3.898	2.802
Sistema de segurança	10%	2.494	(708)	1.786	881
Sistema de transporte	20%	1.325	(877)	448	660
Intangível (i)		19.883	(11.295)	8.588	9.615
Investimentos Confederação		19.833	(11.291)	8.542	9.615
Outros ativos intangíveis		50	(4)	46	-
Total		80.440	(26.476)	53.964	32.801

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	228.057	-	-	228.057	168.504
Depósitos Interfinanceiros	-	60.675	50.125	110.800	9.957
Depósitos a prazo	34.660	60.298	845.453	940.411	811.445
Total	262.717	120.973	895.578	1.279.268	989.906

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	327.289	316.632
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	327.289	316.632
Total circulante	327.289	316.632
Recursos do Crédito Rural	73.689	7.490
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	73.689	7.490
Total não circulante	73.689	7.490

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	22	-
Outras instituições	22	-
Total circulante	22	-
Empréstimos no País - outras instituições	36.241	-
Outras instituições	36.241	-
Total não circulante	36.241	-

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	4.328	2.104
Obrigações por convênios oficiais	16	14
Provisão para pagamentos a efetuar	5.427	4.825
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	3.329	3.691
Outras Contingências	13	22
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	5.309	4.360
Pendências a regularizar	66	16
Operações com cartões	45.501	30.287
Demais fornecedores	2.402	1.734
Credores diversos	2.276	1.866
Total circulante	68.667	48.919

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	3.463	156	(497)	3.122
Cível	228	56	(77)	207
Total	3.691	212	(574)	3.329

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	3.122	3.463
Cível	Provável	207	228
Total		3.329	3.691

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 21; R\$ 552; R\$ 688 (2018 - R\$ 122; R\$ 367 e R\$ 921), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	92.868	89.111
Total de associados	100.808	91.406

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.757 (2018 – R\$ 1.855), sendo R\$ 5.252 (2018 – R\$ 5.365) via integralização de resultados e R\$ 3.558 (2018 – R\$ 1.619), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.129 (2018 – R\$5.053).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,11% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.340, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou 3% para a Reserva de Expansão e 0% para Outros Destinações.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 2.442 (R\$ 184 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	61.876	56.513
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(24.750)	(23.736)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	128	86
Provisão resgate de milhas cartão	76	(92)
Brindes e Doações	(201)	(230)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(22)	185
Receita com atos cooperativos	18.574	18.323
Juros sobre capital próprio	2.136	2.289
Lucros e dividendos	37	82
Outros	24	24
Subtotal	20.752	20.668
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(3.998)	(3.068)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	55.165	68.450
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	332.554	97.055
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	141.068	355.935
Outros Créditos - Rendas a receber	3.017	2.770
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.400	909
Investimentos (Nota 10)	29.497	26.358
Intangível (Nota 11)	8.542	9.615
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	10.552	9.958
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	400.978	324.122
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	36.263	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	45.381	29.528
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	9.245	6.847
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	19.336	15.024
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	20.596	26.293
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	2.442	184
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	594	-
Operações de Empréstimos e Repasses	17.130	15.943
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	3.952	3.519
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	14.600	13.314

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	180	0,08%	151
Depósitos a prazo	349	0,04%	1.593
Operações de crédito	4.374	0,31%	5.380

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.919	2.402

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	1.044	882
Despesa de aluguéis	4.128	3.608
Despesa de comunicação	2.579	2.241
Despesa de manutenção e conservação	3.455	2.512
Despesa de material	801	649
Despesa processamento dados	1.280	1.004
Despesa de promoções e relações públicas	5.145	5.071
Despesa de propaganda e publicidade	1.191	634
Despesa de seguro	128	134
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.779	3.597
Despesa de serviços de terceiros	1.589	1.216
Despesa de serviços de vigilância e segurança	3.145	2.611
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.197	2.043
Despesa de serviços de transportes	3.381	2.135
Despesa de viagem	808	287
Despesa de depreciação e amortização	3.359	2.744
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	2.194	1.933
Dispêndio de assistência social	1.579	1.098
Despesa Ressarcimento Tarifas	1.368	390
Outras despesas administrativas	3.817	3.463
Total	46.967	38.252

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.726	2.502
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	19.753	25.275
Reversão de provisões operacionais	7.073	7.747
Outras rendas operacionais	2.660	2.096
Total	31.212	37.620

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.697	3.248
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.067	598
Contribuição Confederação Sicredi	11.803	10.936
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.241	1.321
Encargos da administração financeira	113	167
Repasse administradora de Cartões	480	535
Despesa Securitização	6.078	-
Outras despesas de Cartões	2.910	2.163
Outras provisões operacionais	7.170	7.909
Outras despesas operacionais	3.239	3.554
Total	37.929	30.549

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	395.204	304.143
Coobrigações em cessões de crédito	151	193
Total	395.355	304.336

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	260.382	218.719
Nível I (NI)	260.382	218.719
Capital principal - CP	260.382	218.719
Capital social	92.868	89.111
Reservas de capital	155.197	119.548
Lucros acumulados	20.905	19.675
Ajustes Prudenciais	(8.588)	(9.615)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.809.956	1.395.324
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	3.382	5.209
Margem de Capital (i)	66.955	67.000
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,39%	15,68%
Situação de Imobilização (Imob)	45.377	23.187
Índice de Imobilização (Imob / PR)	17,43%	10,60%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Elisandro Luis Marmentini
Diretor Executivo
CPF: 543.126.980-15

Jaime Célio Testolin
Diretor de Operações
CPF: 740.887.260-49

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20